

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Nº 0040610226.000034/2024-71

1.1. Constitui objeto do presente termo a contratação da prestação de serviço de acesso à INTERNET através de 01 (um) link de 1000 Mbps para a **Fundação Universidade de Pernambuco - Unidade Mata Norte**, dedicado e full duplex por empresa especializada e, devidamente autorizada pela ANATEL.

1.2. Tal solução deve entregar a banda contratada nos dois sentidos (download e upload) durante 24 horas durante os 7 dias da semana, respeitando os limites e características descritas.

1.3 A CONTRATADA deverá ser um provedor de backbone, devendo este ser um AS (Autonomous System) do protocolo BGP (Border Gateway Protocol) registrado.

1.4 As especificações e os quantitativos do objeto desta dispensa estão descritos conforme quadro abaixo:

Item	Item eFisco	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Mensal Estimado	Valor Total Estimado
1	463378-4 - SERVICO DE INTERNET CORPORATIVA - NIVEL 1 - DEDICADO	Provimento de link de internet com acesso dedicado e simétrico, em fibra óptica, com velocidade de 1000 Mbps, para atender as necessidades da Fundação Universidade de Pernambuco - Unidade Mata Norte , com fornecimento de equipamentos, instalação e	Und.	12	R\$ 3.572,1633	R\$ 42.865,9600

2	216043-9 - SERVICO DE IMPLANTACAO DE REDE	manutenção 24 horas, por conta da contratada. Serviço de instalação com acesso em fibra óptica, diretamente no Switch do contratante, através de um equipamento adequado em comodato.	UND	1	R\$ 5.230,0066	R\$ 5.230,0066
---	--	---	-----	---	-------------------	-------------------

2.1. DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

A contratação será formalizada por meio de dispensa de licitação, conforme permissivo legal contido no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21, que permite contratação direta que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais, e dois centavos), no caso de serviços em geral e compras.

Nesse sentido, uma vez que a contratação pretendida corresponde a valor inferior ao referido na lei e a despesa não constitui fracionamento indevido, bem como o somatório das despesas realizadas com objetos idênticos ou de mesma natureza (do mesmo ramo de atividade), no mesmo exercício financeiro, por esta unidade gestora, não ultrapassa o limite estabelecido pelo art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21, destaca-se o pleno atendimento dos requisitos legais.

3.1. A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, motivada pela necessidade da devida efetivação de SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, LINK VIA CABO DE FIBRA ÓPTICA, para suprir

demanda específica da Fundação Universidade de Pernambuco – Unidade Mata Norte, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades acadêmicas e administrativas, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

3.2. Considerando que o acesso à internet banda larga com link via cabo de fibra óptica proporcionará uma comunicação mais rápida e eficiente entre os diversos departamentos e setores da Fundação Universidade de Pernambuco – Unidade Mata Norte. A comunicação com fornecedores, órgãos reguladores, estudantes e demais unidades da Universidade será mais ágil, garantindo um fluxo contínuo de informações. A internet de alta velocidade é essencial para o uso de sistemas e portais acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, bem como as plataformas administrativas do governo do estado de Pernambuco. Atividades administrativas, como gestão de recursos, planejamento e relatórios, serão realizadas de maneira mais eficaz com uma conexão de internet confiável e rápida.

3.3. Portanto, a contratação de uma empresa especializada para fornecer serviço de acesso à internet banda larga, com link via cabo de fibra óptica, é fundamental para atender às necessidades da Fundação Universidade de Pernambuco – Unidade Mata Norte, garantindo uma infraestrutura tecnológica robusta que apoie as atividades acadêmicas, administrativas e de atendimento aos estudantes, promovendo a eficiência, segurança e qualidade dos serviços prestados.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado de Pernambuco, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

UO: 406

Fonte: 0500000000;

Elemento de Despesa: 3390;

4.1.2 Caso ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício seguinte correrão a conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento no início de cada exercício financeiro, nos termos do art. 105, caput da Lei nº 14.133/21.

5.1. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

5.2. O valor máximo estimado total para esta contratação é de **R\$ 50.870,83** (cinquenta mil oitocentos e setenta reais e oitenta e três centavos) para o período de assinatura de 12 meses (1 ano).

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

6.1.2. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

6.2.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

6.2.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.

6.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal - CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da proponente. Considerando-se o proponente com filial no Estado de Pernambuco, deverá apresentar, também, a CRF de Pernambuco.

6.2.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

6.2.5. Declaração de comprovação do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

6.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante OU, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente que ateste que as empresas tenham tido o plano de recuperação concedido ou homologado em juízo.

6.3.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial referente aos processos

distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da licitante OU, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente que ateste que as empresas tenham tido o plano de recuperação concedido ou homologado em juízo.

6.3.3. A certidão descrita no item 5.3.2 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial da sede ou do domicílio da licitante (item 5.3.1) contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

7.1. Todas as informações, aplicativos, documentos que forem manuseados e utilizados são de propriedade do CONTRATANTE, não podendo ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos na relação de bens da CONTRATADA, bem como de seus executores, sem expressa autorização do CONTRATANTE.

7.2. Os executores da CONTRATADA, que atuarão na implantação e nos demais serviços previstos na solução, receberão acesso privativo e individualizado, não podendo repassá-los a terceiros, sob pena de responder, criminalmente e judicialmente, pelos atos e fatos que venham a ocorrer em decorrência deste ilícito.

7.3. Será considerada ilícita a divulgação, o repasse ou utilização indevida de informações, bem como dos documentos e informações utilizados durante a prestação dos serviços.

7.4. A CONTRATADA obrigará-se a dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.

7.5. Cabe a CONTRATANTE observar a Política de Segurança da Informação instituída pelo Decreto Nº49.914 de 11 de dezembro de 2020, principalmente com relação aos itens:

7.5.1. Assegurar a interoperabilidade entre os sistemas de segurança da informação;

7.5.2. Controlar o acesso aos sistemas, dispositivos, mídias e a quaisquer outros meios de armazenamento, organização, exibição e transporte de informação, observados os privilégios mínimos necessários, a efetiva gestão de identidades e as restrições oriundas das classificações de criticidade e privacidade das informações.

7.5.3. Cabe ainda a Contratante a observância ao disposto pela Lei Geral de Proteção de Dados (LEI Nº GOVPE - Termo de Referência 51143574 SEI 0040608277.000010/2024-75 / pg. 313.709,

DE 14 DE AGOSTO DE 2018) e a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo Estadual (Decreto nº 49.265, de 6 de agosto de 2020), principalmente no Art. 23, que delimita o tratamento de dados pessoais pelo poder público que "deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público".

8.1 A CONTRATADA deverá fornecer, instalar e configurar todo o meio físico de ACESSO necessário para o perfeito funcionamento dos serviços objeto deste Termo de Referência, por meio de cabo em fibra óptica, assim como se responsabilizar pela manutenção dos mesmos.

8.2. A CONTRATADA deverá fornecer, dimensionar, disponibilizar, instalar, configurar, monitorar, operar, gerenciar e manter os equipamentos e recursos que forem necessários (roteadores, modems, meios de transmissão, cabeamento, acessórios e outros), para o provimento e perfeito funcionamento dos serviços sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, conforme solicitado neste Termo de Referência. Os equipamentos serão de propriedade da CONTRATADA, que deverá ser responsável pelo suporte técnico e manutenção dos mesmos, trocando-o (s) sempre que ocorrer obsolescência tecnológica, ou sempre que seja necessário para o bom funcionamento do serviço contratado.

8.3. A CONTRATADA deverá instalar a conectividade IP (Internet Protocol) – que suporte aplicações TCP/IP, com velocidades simétricas (DOWNLOAD e UPLOAD) garantidas de, no mínimo, 1000 Mbps com a Rede Internet, com capacidade para suportar o tráfego de dados das aplicações utilizadas e disponibilizadas atualmente, bem como o de novas aplicações como voz e vídeo sobre IP, considerando os aspectos de segurança e de qualidade de serviços necessários, **não** sendo permitido nenhum tipo modelagem de tráfego (Traffic

Shaping) que limite ou bloqueie qualquer tipo de aplicações em qualquer percentual abaixo da velocidade nominal contratada bem como também nenhum tipo de bloqueio de acesso a qualquer site da Internet ou bloqueios de quaisquer tipos de arquivos em uploads/downloads realizados pelos usuários do CONTRATANTE.

8.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar para uso, para cada link solicitado, 1 (um) endereço de IP, fixo e válido para acesso à Internet Mundial.

8.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar e configurar um DNS secundário para os domínios já registrados no DNS primário.

8.6. A CONTRATADA deverá fornecer um roteador para prover o link internet.

8.7. O roteador deverá ser fornecido pela CONTRATADA com todos os acessórios e programas necessários à sua instalação, operação e monitoração proativa.

8.8. Deve ser fornecido equipamento para permitir a conexão do Link de acesso à Internet ao ambiente Lan da Contratada. Deverá possuir fonte de alimentação com chaveamento automático de tensão de entrada 110/220 VAC 60 Hz.

8.9. Ser dimensionado, fornecido, instalado, configurado, mantido, gerenciado e operado pela CONTRATADA, garantindo-se o desempenho e os níveis de serviços contratados.

8.10. As características do equipamento devem ser totalmente compatíveis com os serviços especificados e atender completamente aos níveis de serviços pretendidos nesta especificação técnica.

8.11. A versão do sistema operacional dos equipamentos deve ser a versão estável (final) mais atual, na data de entrega.

8.12. A atualização do sistema operacional deverá ser efetivada sempre que houver lançamento de novas versões com atualizações críticas, que agreguem melhorias ou correções aos serviços contratados.

8.13 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pela realização de qualquer serviço ou obra de infraestrutura externa aos prédios do CONTRATANTE.

8.14 **As** fibras ópticas que forem utilizadas nas dependências do CONTRATANTE deverão ser apropriadas para uso interno, ou seja, não susceptíveis a propagação de fogo. O CONTRATADO fornecerá os cordões ópticos e/ou patch cords necessários para ligar os equipamentos ao distribuidor óptico, de propriedade do CONTRATANTE. Os transceivers deverão ser fornecidos pelo CONTRATADO, se necessário, e compatíveis com os equipamentos do CONTRATANTE.

8.15 **Os** equipamentos que serão fornecidos pela CONTRATADA e estarão alocados no ambiente do CONTRATANTE para a prestação do serviço deverão ser novos e gerenciáveis pelo CONTRATANTE e CONTRATADA.

9.1 O link de internet a ser contratado deve atender a velocidade pretendida, com constância nas taxas de download e upload. A disponibilidade do serviço deverá atender o previsto na métrica, que corresponde a um índice esperado para as atividades realizadas.

9.2. Independentemente do tráfego do período em questão, a CONTRATADA deverá garantir que não haverá redução de velocidade ou limitação do uso de portas sob pretexto de garantir velocidade de dados ou qualquer outra justificativa. Espera-se que as demandas discentes, docentes e administrativas sejam atendidas, tanto no quesito de tráfego de dados quanto de segurança.

9.3. A contratada deve garantir ainda:

9.3.1. Estabilidade e disponibilidade do link de conectividade 24 horas por dia, sete dias por semana.

9.3.2. Uma conectividade confiável e segura, sem falhas e/ou interrupções, garantindo a segurança dos dados no âmbito dos processos e sistemas digitais e evitando eventuais prejuízos aos usuários dos serviços da Instituição, que vão desde a redução dos índices de produtividade a eventuais perdas de arquivos e/ou dados.

9.3.3. Um suporte técnico eficaz.

9.3.4. Mecanismos de monitoramento do tráfego de dados para produzir relatórios que comprovem que a entrega do serviço, com atendimento às métricas estabelecidas, está consoante aos requisitos do serviço contratado.

9.3.5. Comprovação de que os equipamentos utilizados para garantir a qualidade da entrega dos serviços contratados são adequados para que não haja a ocorrência de falhas.

9.4. Não será admitida subcontratação do objeto contratual.

10.1 Os equipamentos utilizados nas dependências da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO devem sempre estar em condições ideais de funcionamento, garantido a plena prestação de serviço. Em caso de má operação ou falha deverão ser observadas as garantias de nível de serviço previstas no item específico.

10.2. Cada ocorrência deverá ter uma identificação própria para facilitar o acompanhamento e o registro dos chamados e as soluções implementadas.

10.3. Atualizações de softwares e de equipamentos necessários ao serviço devem ser ilimitadas durante a contratação.

10.4. Indisponibilidades devem ser reparadas pela CONTRATADA no limite de até 4 horas, conforme previsto na contratação.

10.5. Caso ocorram as indisponibilidades por furto, roubo ou vandalismo, a contratada deverá comprovar por meio de BO (Boletim de Ocorrência) ou afins que a indisponibilidade foi causada por estes atos não será contabilizado para aplicação de sanções descritas neste Termo de Referência.

11.1. A empresa deverá concluir o serviço de instalação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO.

11.2. A data e o horário de execução dos serviços deverão ser previamente agendados com a unidade responsável pelo recebimento do objeto.

11.3. O prazo estipulado acima poderá ser prorrogado, conforme prevê a Lei 14.133/21, devendo ser justificado e comprovado pela CONTRATADA.

11.4. Os serviços contratados deverão ser prestados de forma presencial on-site, por técnico devidamente capacitado.

11.5. Os serviços serão executados, na FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, conforme tabela no item 1 (objeto) deste termo de referência.

11.6. Os serviços só serão recebidos, se estiverem acompanhados do DANFE ou da nota fiscal eletrônica.

11.7. Não serão aceitas entregas parciais, devendo ser entregue o quantitativo total descrito no DANFE ou na nota fiscal eletrônica.

11.8. Endereço de instalação: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - Unidade Mata Norte, Rua Professor Amaro Maltez de Farias, s/n, Nazaré da Mata - PE, 55800-000 - PE.

12.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 meses, contado da emissão da assinatura do contrato.

12.2. Caso não seja possível a execução dos serviços no prazo avençado, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

13.1. As propostas deverão ter validade de 60 dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

14.1. Exercer a fiscalização da execução do objeto contratado.

14.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência.

14.3 Facilitar por todos os meios o cumprimento da execução do contrato, dando acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da CONTRATADA, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas.

14.4 Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

14.5 Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do serviço.

14.6 Comunicar por escrito à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais.

14.7 O Administrador escolhido pela CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço atuará orientando, fiscalizando, a fim de garantir o exato cumprimento das cláusulas e condições pactuadas com o CONTRATADO.

15.1 A CONTRATADA deverá prover acesso à internet banda larga.

15.2 A assinatura deverá contemplar o período de 12 (doze) meses, com os acessos simultâneos e ininterruptos, ou seja, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, exceto em casos de manutenção.

15.3 Prestar o objeto desta contratação de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

15.4 Executar fielmente o contrato em conformidade com as cláusulas, responsabilizando-se pela sua qualidade, exatidão e segurança, diligenciando no sentido de que os trabalhos sejam conduzidos segundo a melhor técnica aplicável, observando os prazos que lhe forem programados para a sua realização e garantia.

15.5 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

15.6 Assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto desta contratação.

15.7 Prestar o objeto desta contratação através de seus próprios recursos humanos e materiais.

15.8 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

15.9 Manter funcionário apto para contato com a CONTRATANTE para tratar de assuntos relativos ao objeto do Contrato.

15.10 Prestar a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução do fornecimento contratado.

15.11 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato sem prévia anuência da CONTRATANTE.

15.12 Responsabilizar-se por todos os custos e despesas relativas à prestação do objeto desta contratação.

15.13 Fornecer o acesso via internet através de registros de IP(s) (estáticos - não dinâmicos) com opção de acesso via remoto via URL, restritos aos usuários oficialmente vinculados a UPE.

16.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

16.2 As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021.

16.3 A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio de correspondência eletrônica, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

16.4 A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: adm.matanorte@upe.br.

16.5 A Gestão do contrato ficará a cargo do diretor da unidade da Mata Norte da Universidade de Pernambuco, João Allyson Ribeiro de Carvalho, MAT 12898-8.

16.6 A Fiscalização do contrato ficará a cargo da administradora da unidade da Mata Norte da Universidade de Pernambuco, Sandra Maria Francisco da Silva, MAT 17364-9.

17.1 O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, aplicando-se eventual desconto ou glosa.

17.2 O pagamento será feito diretamente pela CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, à vista de termo de recebimento definitivo dos serviços acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação e atesto da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, na forma prevista nos parágrafos seguintes.

17.3 A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

17.4 Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;

c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17.5 Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

17.6 Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE instaurar processo administrativo para extinção do CONTRATO e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos serviços efetivamente executados.

17.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

17.8 Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

17.9 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e

exclusiva da CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de atualização financeira.

Assim apurado:

$$I = (TX/100)^{365}$$

TX = Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

17.11 A atualização financeira prevista nesta cláusula será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

18.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco e será descredenciada no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar na execução do contrato;
- d) Não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Não manter a proposta;
- g) Deixar de entregar documentação exigida no certame;
- h) Cometer fraude fiscal;
- i) Fizer declaração falsa.

18.2 Divulgar informação ilícita ou não permitida, efetuar o repasse ou utilização indevida de dados, bem como dos documentos e informações utilizados durante a prestação dos serviços.

18.3 A licitante que não mantiver a proposta, recusando-se a ajustar o preço referente às cotas principal, nos termos deste edital, será penalizada com multa, no percentual de 01% a 05% (um a cinco por cento) do valor ofertado pela empresa para a cota respectiva, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis em caso de reincidência.

18.4 A licitante que não mantiver a proposta, reincidindo na recusa em ajustar os preços ofertados para a cota principal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco e será descredenciada no CADFOR, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

18.5 Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 7 (sete) dias, contados em relação aos prazos estabelecidos no cronograma (fornecido na assinatura do contrato);

18.6 Deixar de realizar, sem causa justificada, as obrigações definidas no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

18.7 As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual.

18.8 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, devendo ser observado o disposto no Decreto Estadual nº 42.191/2015;

18.9 A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da execução da garantia contratual eventualmente exigida, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro;

18.10 Caso o valor a ser pago ao contratado seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual eventualmente exigida;

18.11 Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da contratante;

18.13 A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

19.1 As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

20.1 O preço somente será reajustado após decorrido 12 (doze) meses da data fixada para apresentação da proposta, utilizando-se para tanto o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE, de acordo com a Lei nº 12.525/2003.

20.2 A CONTRATADA deverá pleitear o reajuste de preços durante a vigência do CONTRATO, mediante requerimento formal, no prazo de até 12 (doze) meses após completado o período aquisitivo da anualidade, nos contratos de vigência inicial plurianual, e antes de eventual prorrogação, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajuste.

20.3 Os pedidos de reajustamento deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

20.4 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

20.5 O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

20.6 O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

20.7 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

20.8 Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do CONTRATO tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no CONTRATO.

20.9 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do CONTRATO e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

20.10 Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 90

(noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

20.11 A extinção do CONTRATO não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro CONTRATO, desde que requeridos tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

UPE-CMN-NUCLEO-TI
Júlio Cesar Santiago de Lima
Assistente Técnico em Gestão Universitária
Matrícula 16687-1



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR SANTIAGO DE LIMA**, em 06/12/2024, às 11:52, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59825769** e o código CRC **17A97B92**.

Referência: Processo nº 0040610226.000034/2024-71

SEI nº 59825769